

# *ONR – OPERADOR NACIONAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS ELETRÔNICO*



INFORMAÇÕES DAS CORREGEDORIA ESTADUAIS - TABELAS COMPARATIVAS

IRIB – INSTITUTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DO BRASIL

**ONR – SREI – 1ª APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL - TABELA DE INFORMAÇÕES DAS CORREGEDORIAS ESTADUAIS**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>SÍNTESE DA MANIFESTAÇÃO</b>	<b>SUBSCRITOR</b>	<b>DATA</b>	<b>FLS.</b>	
CGJSC	Nada a opor ao ONR. Não há óbices ou sugestões para a sua criação. A CGJSC manifesta-se pela aprovação do estatuto.	Salim Schead dos Santos	10/02/2017	69, 70.	↑
CGJPA	Nada a opor ao ONR. Não há óbices ou sugestões para a implantação do estatuto do ONR.	José Maria Teixeira do Rosário	13/02/2017		↑
CGJTO	Nada a opor. Informa a existência da central estadual e que o SER (Sistema de Registro Eletrônico) do estado vai integrar o SREI e os registradores ficarão vinculados ao ONR	Océlio Nobre da Silva	20/02/2017		↑
CGJAP	Não se vislumbra óbice de qualquer espécie.	Carlos Antônio de Souza	21/02/2017		↑
CGJPE	Não apresenta qualquer sugestão ou óbice e se limita a enviar cópia de provimento que regulamenta a central estadual.	Antonio de Melo e Lima	21/02/2017		↑
CGJMG	Nada a opor, devendo ser respeitadas as peculiaridades locais no caso de integração das centrais estaduais na nacional.	André Leite Praça	02/03/2017		↑
CGJSP	Nada a opor. Não se vislumbra ilegalidades.	Manoel de Queiroz Pereira Calças	02/03/2017		↑
CGJPB	Nada a opor. A unidades de registro ficam vinculadas ao ONR, “cabendo ao ONR interligar todas as unidades do serviços de registro de imóveis do país”.	José Herbert Lisboa	08/03/2017		↑
CGJAL	Nada a opor. O ONR “em nada afronta i exercício privado da atividade notarial e registral”.	Paulo Barros da Silva Lima	07/03/2017		↑
CGJBA	O ONR não interessa à CGJBA que firmou convênio com entidade privada (CORI-MG) para constituição do SREI.	Osvaldo de Almeida Bonfim	08/03/2017		↓
CGJAC	Nada a opor. O ONR busca a operacionalização efetiva das centrais já instaladas. A criação de uma coordenação nacional “possibilitará a uniformização e a integração das Serventias de Registro de Imóveis	Waldirene Cordeiro	09/03/2017		↑

	do Brasil, modernizando os procedimentos por meio de uma plataforma nacional". O ONR não conflita nem prejudica a fiscalização do Judiciário.				
CGJRO	Nada a opor ou sugerir.	Áureo Virgílio Queiroz	09/03/2017		↑
CGJDF	Nada a opor ou sugerir. A ANOREGDF foi intimada a manifestar-se.	Omar Dantas Lima	10/03/2017		↑
CGJPR	Nada a opor ou sugerir.	Mário Helton Jorge	15/03/2017		↑
CGJMA	Nada a opor. Manifestação favorável à aprovação do estatuto	Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz	16/03/2017		↑
CGJES	Nada a opor.	Ronaldo Gonçalves de Sousa	13/03/2017		↑
CGJMS	As propostas não conflitam com o poder de fiscalização, nem interferem no "exercício e na gestão da atividade registral". A CGJ não se opõe à aprovação do Estatuto do ONR "porquanto a criação de tal entidade mostra-se adequada à política nacional de uniformização e integração nacional das serventias de Registro de Imóveis do Brasil".	Fernando Paes de Campos	16/03/2017		↑
CGJGO	Informação dúbia – favorável e contrária. Óbice ao ONR. Risco de "terceirização de serviço ou parte dele".	Walter Carlos Lemes	20/03/2017		↑↓
CGJCE	Nada a opor. Postula aprovação do estatuto e do modelo	Gúcio Carvalho Coelho	08/03/2017		↑
CGJRJ	Nada a opor. Reservas quanto à disponibilização de dados na rede	Marcus da Costa Ferreira	17/03/2017		↑
CGJPI	Dilação de prazo. Posteriormente, a 24/3, levanta quatro questões: (pessoa jurídica <i>sui generis</i> , vinculação das unidades ao ONR, contribuições pecuniárias e banco de dados registrais nos TJ's dos estados.	Ricardo Gentil Eulálio Dantas	21/03/2017		↔
CGJSE	Nada a opor, respeitadas as corregedorias estaduais.	Iolanda Santos Guimarães	20/03/2017		↑
CGJAM	A CGJ simplesmente reproduz a posição da ANOREG-AM sem posicionar-se.	Aristóteles Lima Thury	20/03/2017		↔
CGJRS	Favorável à implementação do ONR. Restrição com relação ao art. 6º do estatuto social (administração de verbas públicas por entidades privadas). As entidades estaduais opuseram restrições não valoradas pelo parecer do corregedor local.	Íris Helena Medeiros Nogueira	21/03/2017		↑
CGJRN	Aprovação sem restrições	José Undário Andrade	21/03/2017		↑





CGJRR	Nada a opor.	Rodrigo Cardoso Furlan	07/08/2017		
CGJMT	Aguarda regulamentação do ONR “sem se manifestar sobre o seu conteúdo”.	Maria Aparecida Ribeiro	07/08/2017		



**ONR – SREI – 2ª APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL - TABELA DE INFORMAÇÕES DAS CORREGEDORIAS ESTADUAIS**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>SÍNTESE DA MANIFESTAÇÃO</b>	<b>SUBSCRITOR</b>	<b>DATA</b>	<b>FLS.</b>	
CGJPR	Nada objeta em virtude da criação da central estadual	Mário Helton Jorge	29/11/2017		↔
CGJSP	Nada a opor. Não se vislumbra ilegalidades.	Manoel de Queiroz Pereira Calças	28/11/2017		↑
CGJSC	Nada a opor.	Salim Schead dos Santos / Luiz Henrique Bonatelli	12/12/2017		↑
CGJRJ	Nada a opor.	Marcus da Costa Ferreira	11/12/2017		↑
CGJAP	Nada a opor	Agostino Silvério Jr.	13/12/2017		↑
CGJAC	Concorda, enfatizando a importância do ONR como ator coadjuvante na modernização do SRI. Destaca: (a) que a supervisão dos serviços fique a cargos das CG's; (b) que os fundos sejam administrados localmente; (c) alterações estatutárias devam ser aprovadas pelo CNJ/CGJ's; atuação direta do CNJ/CGJ's na elaboração de normas técnicas	Waldirene Cordeiro	19/12/2017		↑
CGJAM	A CGJ local "entende que o ONR não substitui o sistema de central em funcionamento no estado". Não se manifesta expressamente contrária à proposta e limita-se a reencaminhar manifestação da ANOREG-AM.	Adalberto Carim Antonio	13/12/2017		↔
CGJPB	Favorável ao pleito	José Herbert Luna Lisboa	10/01/2018		↑
CGJRN	Não oferece qualquer sugestão. Refere-se à manifestação anterior concordando com a minuta do estatuto do ONR	Fátima Maria Costa Soares Lima	19/12/2017		↑
CGJPA	Não há qualquer óbice contra o estatuto	Rômulo José Ferreira Nunes	18/01/2018		↑
CGJDF	Aquiescência acerca da redação final do estatuto, com a ressalva de que as centrais estaduais participem do ONR	Pacífico Marcos Nunes	28/12/2017		↑
CGJTO	Propõe maior discussão do tema, "especialmente para que não sejam incorporadas ao texto disposições supressivas das autonomias estaduais, como forme de evitar que as Corregedorias Gerais se transformem em órgãos auxiliares da entidade classista".	Helvécio de Brito Maia Neto	30/01/2018		↔

CGJES	O estatuto está em com a lei. A CGJES concorda com a redação final do estatuto do ONR.	Samuel Meira Brasil Jr.	29/01/2019		↑
CGJMG	Reconhecimento da importância do ONR. Deve-se respeitar a “integração e interoperabilidade das bases de dados com a central nacional do SREI”. Devem ser respeitadas as peculiaridades locais.	André Leite Praça	30/01/2018		↑
CGJMA	Pedido de prorrogação de prazo para manifestação	Marcelo Carvalho Silva	01/02/2018		↔
CGJPE	A criação do ONR-SREI “trará inúmeros benefícios e funcionalidade a todos os usuários do sistema”. O estatuto do ONR não sugere qualquer ofensa à ordem jurídica e se organiza com base numa “estrutura democrática, pois o conselho deliberativo é eleito por todos os registradores imobiliários do país”	Antônio de Melo e Lima / Sérgio Pàulo Ribeiro da Silva.	31/1/2018		↑
CGJAL	A minuta de estatuto do ONR “enfrenta de modo exaustivo as nuances e filigranas relativas à operacionalidade, no âmbito nacional, do Sistema de Registro Eletrônico”, A proposta é “forte na harmonização sistêmica”, não havendo incoerências, nem contradições.	Paulo Barros da Silva	02/02/2018		↑
CGJAP	Nada a opor ou acrescentar à versão final do estatuto do ONR	Sueli Pereira Pini			↑
CGJCE	Rogação de prazo maior para manifestação	Francisco Darival Beserra Primo			↔
CGJPI	Reitera a necessidade de reflexão sobre: pessoa jurídica <i>sui generis</i> , vinculação das unidades ao ONR, contribuições pecuniárias e banco de dados registrais nos TJ’s dos estados	Ricardo Gentil Eulálio Dantas	07/02/2018		↔
CGJMS	A proposta apresentada pelo IRIB “atende à finalidade pretendida, qual seja, viabilizar a implementação e a operacionalidade do Serviço de Registro de Imóveis Eletrônico – SREI”. Todavia, sugere alteração na composição dos quadros diretivos e pequena correção no estatuto.	Vilson Bertelli	07/02/2018		↑
CGJSE	O PP perde objeto com o veto do artigo da Lei que indicava o IRIB como o agente que oferecia a minuta do “famigerado estatuto” do ONR. Sugestão de inconstitucionalidade da iniciativa	Iolanda Santos Guimarães	30/01/2018		↓

CGJRS	Restrição ao art. 6º do estatuto social (fundo de ressarcimento de atos gratuitos). Reiteração da manifestação anterior.	Denise Oliveira Cezar	05/02/2018		
CGJRR	A proposta “trará maior eficiência na prestação dos recursos e redução de custos e prazos”.	Paulo César Dias Menezes	09/02/2018		
CGJRO	O tema do art. 6º (fundos de compensação) precipitou-se como elemento fundamental a obstar o seguimento das discussões. A CGJRO requer a prorrogação do prazo para manifestação.	José Jorge Ribeiro da Luz / Fabiano Pegoraro Franco.	09/02//2018		
CGJGO	Contrário a proposta de gestão do SREI por instituição que qualifica de “associação privada” sem submissão processo licitatório. Sugere que o SREI seja feito pelos tribunais estaduais. Reitera-se a ideia (absolutamente equivocada) de que se pretende criar uma “matrícula nacional”. Manifesta preocupações relacionadas com “conflito na arrecadação e fiscalização dos serviços e recolhimentos devidos em lei”. Sugere a “não-aprovação da lei” e a revogação de provimentos que colidam com a presente manifestação”	Walter Carlos Lemes / Murilo Vieira de Faria	09/02/2018		

**ONR – SREI – TABELA COMPARATIVA**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>SÍNTESE DA MANIFESTAÇÃO</b>	<b>SUBSCRITOR</b>	<b>DATA</b>	<b>FLS.</b>	
CGJAC	Nada a opor. O ONR busca a operacionalização efetiva das centrais já instaladas. A criação de uma coordenação nacional “possibilitará a uniformização e a integração das Serventias de Registro de Imóveis do Brasil, modernizando os procedimentos por meio de uma plataforma nacional”. O ONR não conflita nem prejudica a fiscalização do Judiciário.	Waldirene Cordeiro	09/03/2017		↑
CGJAC	Concorda, enfatizando a importância do ONR como ator coadjuvante na modernização do SRI. Destaca: (a) que a supervisão dos serviços fique a cargo das CG’s; (b) que os fundos sejam administrados localmente; (c) alterações estatutárias devam ser aprovadas pelo CNJ/CGJ’s; atuação direta do CNJ/CGJ’s na elaboração de normas técnicas	Waldirene Cordeiro	19/12/2017		↑
CGJAL	Nada a opor. O ONR “em nada afronta o exercício privado da atividade notarial e registral”.	Paulo Barros da Silva Lima	07/03/2017		↑
CGJAL	A minuta de estatuto do ONR “enfrenta de modo exaustivo as nuances e filigranas relativas à operacionalidade, no âmbito nacional, do Sistema de Registro Eletrônico”, A proposta é “forte na harmonização sistêmica”, não havendo incoerências, nem contradições.	Paulo Barros da Silva	02/02/2018		↑
CGJAM	A CGJ simplesmente reproduz a posição da ANOREG-AM sem posicionar-se.	Aristóteles Lima Thury	20/03/2017		↔
CGJAM	A CGJ local “entende que o ONR não substitui o sistema de central em funcionamento no estado”. Não se manifesta expressamente contrária à proposta e limita-se a reencaminhar manifestação da ANOREG-AM.	Adalberto Carim Antonio	13/12/2017		↔
CGJAP	Não se vislumbra óbice de qualquer espécie.	Carlos Antônio de Souza	21/02/2017		↑
CGJAP	Nada a opor	Agostino Silvério Jr.	13/12/2017		↑
CGJAP	Nada a opor ou acrescentar à versão final do estatuto do ONR	Sueli Pereira Pini			↑



CGJBA	O ONR não interessa à CGJBA que firmou convênio com entidade privada (CORI-MG) para constituição do SREI.	Osvaldo de Almeida Bonfim	08/03/2017		↓
CGJCE	Nada a opor. Postula aprovação do estatuto e do modelo	Gúcio Carvalho Coelho	08/03/2017		↑
CGJCE	Rogação de prazo maior para manifestação	Francisco Darival Beserra Primo			↔
CGJDF	Nada a opor ou sugerir. A ANOREGDF foi intimada a manifestar-se.	Omar Dantas Lima	10/03/2017		↑
CGJDF	Aquiescência acerca da redação final do estatuto, com a ressalva de que as centrais estaduais participem do ONR	Pacífico Marcos Nunes	28/12/2017		↑
CGJES	Nada a opor.	Ronaldo Gonçalves de Sousa	13/03/2017		↑
CGJES	O estatuto está em com a lei. A CGJES concorda com a redação final do estatuto do ONR.	Samuel Meira Brasil Jr.	29/01/2019		↑
CGJGO	Informação dúbia – favorável e contrária. Óbice ao ONR. Risco de “terceirização de serviço ou parte dele”.	Walter Carlos Lemes	20/03/2017		↑↓
CGJGO	Contrário a proposta de gestão do SREI por instituição que qualifica de “associação privada” sem submissão processo licitatório. Sugere que o SREI seja feito pelos tribunais estaduais. Reitera-se a ideia (absolutamente equivocada) de que se pretende criar uma “matrícula nacional”. Manifesta preocupações relacionadas com “conflito na arrecadação e fiscalização dos serviços e recolhimentos devidos em lei”. Sugere a “não-aprovação da lei” e a revogação de provimentos que colidam com a presente manifestação”	Walter Carlos Lemes / Murilo Vieira de Faria	09/02/2018		↓
CGJMA	Nada a opor. Manifestação favorável à aprovação do estatuto	Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz	16/03/2017		↑
CGJMA	Pedido de prorrogação de prazo para manifestação	Marcelo Carvalho Silva	01/02/2018		↔
CGJMG	Nada a opor, devendo ser respeitadas as peculiaridades locais no caso de integração das centrais estaduais na nacional.	André Leite Praça	02/03/2017		↑
CGJMG	Reconhecimento da importância do ONR. Deve-se respeitar a “integração e interoperabilidade das bases de dados com a central nacional do SREI”. Devem ser respeitadas as peculiaridades locais.	André Leite Praça	30/01/2018		↑

CGJMS	As propostas não conflitam com o poder de fiscalização, nem interferem no “exercício e na gestão da atividade registral”. A CGJ não se opõe à aprovação do Estatuto do ONR “porquanto a criação de tal entidade mostra-se adequada à política nacional de uniformização e integração nacional das serventias de Registro de Imóveis do Brasil”.	Fernando Paes de Campos	16/03/2017		↑
CGJMS	A proposta apresentada pelo IRIB “atende à finalidade pretendida, qual seja, viabilizar a implementação e a operacionalidade do Serviço de Registro de Imóveis Eletrônico – SREI”. Todavia, sugere alteração na composição dos quadros diretivos e pequena correção no estatuto.	Vilson Bertelli	07/02/2018		↑
CGJMT	Aguarda regulamentação do ONR “sem se manifestar sobre o seu conteúdo”.	Maria Aparecida Ribeiro	07/08/2017		↔
CGJPA	Nada a opor ao ONR. Não há óbices ou sugestões para a implantação do estatuto do ONR.	José Maria Teixeira do Rosário	13/02/2017		↑
CGJPA	Não há qualquer óbice contra o estatuto	Rômulo José Ferreira Nunes	18/01/2018		↑
CGJPB	Nada a opor. As unidades de registro ficam vinculadas ao ONR, “cabendo ao ONR interligar todas as unidades dos serviços de registro de imóveis do país”.	José Herbert Lisboa	08/03/2017		↑
CGJPB	Favorável ao pleito	José Herbert Luna Lisboa	10/01/2018		↑
CGJPE	Não apresenta qualquer sugestão ou óbice e se limita a enviar cópia de provimento que regulamenta a central estadual.	Antonio de Melo e Lima	21/02/2017		↑
CGJPE	A criação do ONR-SREI “trará inúmeros benefícios e funcionalidade a todos os usuários do sistema”. O estatuto do ONR não sugere qualquer ofensa à ordem jurídica e se organiza com base numa “estrutura democrática, pois o conselho deliberativo é eleito por todos os registradores imobiliários do país”	Antônio de Melo e Lima / Sérgio Pàulo Ribeiro da Silva.	31/1/2018		↑

CGJPI	Dilação de prazo. Posteriormente, a 24/3, levanta quatro questões: (pessoa jurídica <i>sui generis</i> , vinculação das unidades ao ONR, contribuições pecuniárias e banco de dados registrais nos TJ's dos estados.	Ricardo Gentil Eulálio Dantas	21/03/2017		↔
CGJPI	Reitera a necessidade de reflexão sobre: pessoa jurídica <i>sui generis</i> , vinculação das unidades ao ONR, contribuições pecuniárias e banco de dados registrais nos TJ's dos estados	Ricardo Gentil Eulálio Dantas	07/02/2018		↔
CGJPR	Nada a opor ou sugerir.	Mário Helton Jorge	15/03/2017		↑
CGJPR	Nada objetiva em virtude da criação da central estadual	Mário Helton Jorge	29/11/2017		↔
CGJRJ	Nada a opor. Reservas quanto à disponibilização de dados na rede	Marcus da Costa Ferreira	17/03/2017		↑
CGJRJ	Nada a opor.	Marcus da Costa Ferreira	11/12/2017		↑
CGJRN	Aprovação sem restrições	José Undário Andrade	21/03/2017		↑
CGJRN	Não oferece qualquer sugestão. Refere-se à manifestação anterior concordando com a minuta do estatuto do ONR	Fátima Maria Costa Soares Lima	19/12/2017		↑
CGJRO	Nada a opor ou sugerir.	Áureo Virgílio Queiroz	09/03/2017		↑
CGJRO	O tema do art. 6º (fundos de compensação) precipitou-se como elemento fundamental a obstar o seguimento das discussões. A CGJRO requer a prorrogação do prazo para manifestação.	José Jorge Ribeiro da Luz / Fabiano Pegoraro Franco.	09/02//2018		↔
CGJRR	Nada a opor.	Rodrigo Cardoso Furlan	07/08/2017		↑
CGJRR	A proposta "trará maior eficiência na prestação dos recursos e redução de custos e prazos".	Paulo César Dias Menezes	09/02/2018		↑
CGJRS	Favorável à implementação do ONR. Restrição com relação ao art. 6º do estatuto social (administração de verbas públicas por entidades privadas). As entidades estaduais opuseram restrições não valoradas pelo parecer do corregedor local.	Íris Helena Medeiros Nogueira	21/03/2017		↑
CGJRS	Restrição ao art. 6º do estatuto social (fundo de ressarcimento de atos gratuitos). Reiteração da manifestação anterior.	Denise Oliveira Cezar	05/02/2018		↔

CGJSC	Nada a opor ao ONR. Não há óbices ou sugestões para a sua criação. A CGJSC manifesta-se pela aprovação do estatuto.	Salim Schead dos Santos	10/02/2017	69, 70.	↑
CGJSC	Nada a opor.	Salim Schead dos Santos / Luiz Henrique Bonatelli	12/12/2017		↑
CGJSE	Nada a opor, respeitadas as corregedorias estaduais.	Iolanda Santos Guimarães	20/03/2017		↑
CGJSE	O PP perde objeto com o veto do artigo da Lei que indicava o IRIB como o agente que oferecia a minuta do “famigerado estatuto” do ONR. Sugestão de inconstitucionalidade da iniciativa	Iolanda Santos Guimarães	30/01/2018		↓
CGJSP	Nada a opor. Não se vislumbra ilegalidades.	Manoel de Queiroz Pereira Calças	02/03/2017		↑
CGJSP	Nada a opor. Não se vislumbra ilegalidades.	Manoel de Queiroz Pereira Calças	28/11/2017		↑
CGJTO	Nada a opor. Informa a existência da central estadual e que o SER (Sistema de Registro Eletrônico) do estado vai integrar o SREI e os registradores ficarão vinculados ao ONR	Océlio Nobre da Silva	20/02/2017		↑
CGJTO	Propõe maior discussão do tema, “especialmente para que não sejam incorporadas ao texto disposições supressivas das autonomias estaduais, como forme de evitar que as Corregedorias Gerais se transformem em órgãos auxiliares da entidade classista”.	Helvécio de Brito Maia Neto	30/01/2018		↔